

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.301 - RS (2019/0095794-4)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE CACHOEIRA DO SUL SIPROM**
ADVOGADO : **FÁBIO PROENÇA - RS037438**
AGRAVADO : **MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL**
ADVOGADO : **LUIZ FELIPE OLIVEIRA FELIX - RS016822**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE CACHOEIRO DO SUL – SIPROM** contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o qual não admitiu recurso especial fundado, nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fls. 216/217):

APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL. IMPLEMENTAÇÃO E PAGAMENTO DO PISO SALARIAL INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL Nº 11.738/08. AÇÃO MOVIDA PELO SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. - PRELIMINAR - Rejeitada a preliminar do apelo do Município de suspensão do processo.- MÉRITO - O piso salarial tem assento constitucional, em decorrência do próprio valor dado pela Carta Magna à educação, elevada à condição de direito social (art. 6º), cujo ensino deverá ser ministrado com base em princípios, destacando-se a valorização do profissional da educação escolar pública e a fixação do piso salarial (art. 206, inc. VIII).

A Lei Federal nº 11.738/2008 regulamentou o piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, referido pela alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do ADCT.

A questão da implantação do piso salarial foi levada à discussão no Supremo Tribunal Federal, por meio da ADI 4167, proposta por Governadores de alguns Estados Brasileiros. No julgamento da ação, o STF, em voto da relatoria do Ministro Joaquim Barbosa, declarou a constitucionalidade dos dispositivos atacados, em especial de que o piso é o vencimento, assim entendido como o valor básico pago ao professor, sem o acréscimo das demais vantagens do cargo. Além disso, o voto deixou claro que a fixação do piso salarial nacional não violou a reserva de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo local (art. 61, § 1º, II, da CF) ou mesmo o pacto federativo (artigos 1º, caput, 25, caput e § 1º, e 60, § 4º, I).

Inexistência, igualmente, de afronta a leis orçamentárias e preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

Valor do vencimento básico que, para fins do piso, é o padrão inicial da carreira.

Hipótese em que o Município não observou o piso nacional do magistério.

Precedentes desta Corte específicos do Município de Cachoeira do Sul.

- Honorários Advocatícios -

Julgada procedente a ação para condenar o Município ao pagamento piso salarial aos representados pelo Sindicato, desde 27/04/2011, não há como mensurar o proveito econômico obtido. Mesmo que reconhecido o direito à

majoração da verba honorária fixada pela sentença, o percentual deve ser arbitrado em 10% sobre o valor atualizado da causa, com base no art. 85, § 4º, inc. III, do CPC.

- REMESSA NECESSÁRIA -

Nas hipóteses de sentença condenatória ilíquida proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município e as respectivas autarquias e fundações de direito público interno, é obrigatória a remessa necessária contemplada pelo artigo 496, do Código de Processo Civil.

- Juros e Correção Monetária - A presente ação foi ajuizada quando já em vigor a nova redação do art. 142-F da Lei nº 9.494/97, conferida pelo art. 5º da Lei nº 11.960/09, caso em que a correção monetária e os juros moratórios deverão obedecer ao disposto no referido artigo (incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança); isso até 25/03/2015, quando o Eg. Supremo Tribunal Federal modulou os efeitos do julgamento da ADI nº 4357-DF, no qual foi declarada a inconstitucionalidade da expressão "índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança", constante do § 12 do art. 100 da Constituição da República, levando à inconstitucionalidade, por arrastamento, do art. 5º da Lei nº 11.960/09.

Após a aludida data, os créditos deverão ser corrigidos pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e os juros fixados no percentual de 6% ao ano.

PRELIMINAR REJEITADA.

APELO DO MUNICÍPIO DESPROVIDO.

APELO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO.

SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA, EM REMESSA NECESSÁRIA.

No recurso especial obstaculizado, o recorrente apontou violação do art. 85, § 2.º, do CPC/2015. Alega que a verba honorária deveria ter sido arbitrada com base no montante da condenação e não sobre o valor da causa. Afirma que o proveito econômico no caso é plenamente quantificável, por simples cálculo aritmético.

Sem contrarrazões.

O apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, tendo sido os fundamentos da decisão atacados no presente recurso.

Contraminuta às e-STJ fls. 390/398.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre registrar que, conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3/STJ).

A irresignação recursal não merece prosperar.

O Tribunal de origem arbitrou a verba honorária tomando por base o valor da causa, já que considerou imensurável o proveito econômico obtido. Confira-se o

seguinte trecho do voto condutor (e-STJ fl. 244):

Na situação, julgada procedente a ação para condenar o Município ao pagamento piso salarial aos representados pelo Sindicato, desde 27/04/2011, não há como mensurar o proveito econômico obtido.

Todavia, mesmo que reconhecido o direito à majoração da verba honorária fixada pela sentença, o percentual deve ser arbitrado em 10% sobre o valor atualizado da causa, com base no art. 85, § 4º, inc. III, do CPC.

Consoante entendimento desta Corte, não sendo mensurável o proveito econômico, o critério a ser utilizado para fixação dos honorários é mesmo o valor atualizado da causa. Senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA JULGADA IMPROCEDENTE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUCUMBÊNCIA. FIXAÇÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA. CONDENAÇÃO DA PARTE VENCIDA. SÚMULA 7/STJ. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES.

1. Inexiste nos autos controvérsia acerca de matéria fático-probatória, na medida em que a questão suscitada no recurso especial é exclusivamente de direito, fundada na tese de afronta ao art. 20, caput, e §§ 3º e 4º, do CPC/1973 c/c o art. 85, caput, do CPC/2015, em virtude de o Tribunal de origem ter condenado a parte vencedora, ora agravada, ao ônus da sucumbência, utilizando-se do princípio da causalidade em detrimento do princípio da sucumbência. Logo, não se aplica à espécie a Súmula 7/STJ.

2. O princípio da causalidade deve orientar a fixação dos honorários advocatícios de sucumbência nas hipóteses de extinção do feito sem a resolução do mérito. Precedentes: AgInt nos EDcl no REsp 1.402.511/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 14/06/2017; AgInt no REsp 1.731.451/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 14/05/2019.

3. Dispõe o art. 85, caput, do CPC/2015 que "a sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor".

4. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que, "diante do princípio da sucumbência, o vencido fica condenado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais devem ter como base de cálculo o valor da condenação ou do proveito econômico obtido e, na hipótese de não haver condenação ou não sendo possível mensurar o proveito econômico, no valor atualizado da causa" (AgInt no REsp 1.658.473/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 29/08/2018). Nesse mesmo sentido: AgInt no AREsp 662.835/MS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 04/10/2017.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.811.967/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 22/08/2019).

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COMINATÓRIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IRRISORIEDADE DO VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA. PRECEDENTES.

I - Na origem, trata-se de ação cominatória que tem por objeto o fornecimento de bomba de infusão contínua de insulina, conforme solicitado pelo seu médico assistente, pois acometida a paciente de Diabetes Mellitus tipo 1, pedido julgado procedente em ambas as instâncias.

II - A controvérsia travada nos autos cinge-se à fixação da verba honorária, reduzida, em sede de reexame necessário, de 13% (treze por cento) para 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa.

III - O art. 85 do CPC/2015 estabelece os critérios para a fixação dos honorários sucumbenciais, restringindo a aplicação do § 8º - arbitramento equitativo - à impossibilidade de estimativa do proveito econômico obtido e ausência de irrisoriedade do valor da causa, bem como delimitando os percentuais a serem aplicados nas causas em que a Fazenda Pública for parte. Precedentes.

IV - In casu, verificada a impossibilidade de aferição do proveito econômico obtido na demanda, mas não caracterizada a infimidade do valor atribuído à causa, cabível a fixação dos honorários em percentual a incidir sobre este valor atualizado (art. 85, §§ 4º e 8º, III, do CPC/2015).

V - Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 1.779.705/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 09/09/2019).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. QUANTUM. APRECIÇÃO EQUITATIVA. DESCABIMENTO.

1. Os honorários advocatícios devidos ao representante processual do vencedor, em regra, devem ser fixados entre 10% e 20% do valor da condenação ou do proveito econômico obtido. Inexistindo este, o parâmetro passa a ser o valor da causa.

2. Apenas se admite a definição equitativa da verba advocatícia quando inestimável ou irrisório o proveito econômico ou muito baixo o valor da causa (art. 85, § 8º, do CPC/2015).

3. Na hipótese, a autora, após o reconhecimento do direito a diferenças devidas a título de auxílio por morte, obteve o ganho de R\$ 107.217,22 (cento e sete mil, duzentos e dezessete reais e vinte e dois centavos). Aplicável, por isso, a regra geral.

4. Recurso especial a que se dá provimento.

(REsp 1.798.706/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2019, REPDJe 02/10/2019, DJe 06/09/2019).

Portanto, o Tribunal *a quo* decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte, o que atrai a incidência da Súmula 83 do STJ.

Cabe ainda registrar que a alegação do recorrente de que "o proveito econômico no caso é plenamente quantificável, por cálculo aritmético simples" (e-STJ fl. 305) não se mostra razoável, dado o teor da sentença, que determinou ao recorrido que "implemente na folha de pagamento dos substituídos os valores referentes ao piso nacional, devidamente atualizados na forma estabelecida na Lei 11.738/08, desde 27/04/2011, observada a carga horária e com os reflexos sobre nível, classe e demais vantagens calculadas sobre o salário-base;" (e-STJ fl. 144).

Ademais, fosse tão simples a mensuração do proveito econômico, caberia ao causídico expressá-lo devidamente quando da atribuição do valor à causa.

Ante o exposto, com base no art. 253, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator